



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10206 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

A QUESTÃO DA “CONSCIÊNCIA”, A EDUCAÇÃO COMO PROJETO DE FORMAÇÃO HUMANA E OS USOS NA BNCC

Maria Amélia Dalvi - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

A QUESTÃO DA “CONSCIÊNCIA”, A EDUCAÇÃO COMO PROJETO DE FORMAÇÃO HUMANA E OS USOS NA BNCC

Duas entre dez “Competências gerais da educação básica”, listadas na **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC), incluem a palavra “consciência” adjetivada: “consciência crítica” e “consciência socioambiental”. A palavra ocorre ainda 41 outras vezes nas 600 páginas do documento. Todavia, em nenhum momento o texto da BNCC se dedica a desenvolver sistematicamente o conceito de “consciência” que está sendo ali utilizado, cabendo aos profissionais da educação realizar, por conta própria, um processo de aproximação dessa noção estruturante da base comum curricular promulgada pelo Estado brasileiro. O que se depreende, a partir de um estudo das diferentes ocorrências no documento, é que a noção tem uma face cognitiva e uma face ético-política. Mas o que se entende, afinal, por “consciência”? Para responder, realiza-se um estudo teórico-bibliográfico em movimentos: primeiro, sistematiza-se a noção de “consciência” em Mauro Luis Iasi (*Ensaio sobre consciência e emancipação* e *O dilema de Hamlet: o ser e o não-ser da consciência*) e em Dermeval Saviani (*Educação: do senso comum à consciência filosófica*). Em seguida, coteja-se essa síntese com os usos de “consciência” na BNCC. Por fim, discutem-se as implicações de diferentes agenciamentos da noção de “consciência” para o trabalho pedagógico.

INTRODUÇÃO: Entre as dez “Competências gerais da educação básica”, listadas à Introdução da **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC), duas delas incluem a palavra “consciência” – ambas as ocorrências adjetivadas: uma como “consciência crítica”, outra como “consciência socioambiental”:

[Sexta competência] Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

[Sétima competência] Argumentar com base em fatos, dados e

informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

(BRASIL, 2018, p. 9. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_v, Acesso em 23 jun. 2021).

Há, ainda, 41 outras ocorrências da palavra “consciência” nas 600 páginas do documento. Todavia, em nenhum momento o documento oficial se dedica a desenvolver sistematicamente o conceito de consciência que está sendo ali utilizado, cabendo aos profissionais da educação realizar, por conta própria, um processo de aproximação dessa noção assumidamente estruturante da política de formação humana promulgada pelo Estado brasileiro. O que se desprende, a partir de um estudo das diferentes ocorrências no documento, é que a noção de “consciência” na BNCC tem uma face cognitiva e uma face ético-política.

MÉTODO UTILIZADO: Para responder à questão a respeito do que seja “consciência” (tanto em termos filosófico-conceituais, quanto em relação a seus usos na BNCC), desenvolvemos um estudo bibliográfico-documental orientado pela epistemologia materialista histórica e pelo método dialético. Depois de constatada a presença reiterada da palavra “consciência” no documento oficial recente, sistematiza-se a compreensão de “consciência” em dois autores que têm se dedicado, no Brasil, a pensar o processo de formação humana nas esferas não-escolar e escolar, articuladamente ao desvelamento da realidade sócio-histórica, a saber, Mauro Luis Iasi, em *Ensaio sobre consciência e emancipação* e em *O dilema de Hamlet: o ser e o não-ser da consciência*; e Dermeval Saviani, em *Educação: do senso comum à consciência filosófica*.

Em seguida, coteja-se essa síntese teórica com os usos de “consciência” na BNCC; tais usos, no documento oficial, foram sistematizados em um quadro-síntese que, ao mesmo tempo, informa o contexto em que se dá a ocorrência e reproduz o fragmento como citação, indicando a página da qual foi extraído o trecho, conforme exemplos abaixo:

Quadro síntese das ocorrências de “consciência” na BNCC

CONTEXTO	TRECHO (citação direta)
Competências gerais da educação básica 6	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, <i>consciência crítica</i> e responsabilidade. (p. 9)
Competências gerais da educação básica 7	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a <i>consciência socioambiental</i> e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (p. 9)

Campos de experiência E.I.: corpo, gestos e movimentos	As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a <i>consciência</i> sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. (p. 41)
Competências específicas de linguagem para o ensino fundamental	Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a <i>consciência socioambiental</i> e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo. (p. 65)

HABILIDADES DE LINGUAGEM NO E.M.	(EM13LGG304) Formular propostas, intervir e tomar decisões que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global. (p. 493)
CAMPOS DE EXPERIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA E. M.	No Ensino Médio, enfatiza-se ainda mais a análise dos interesses que movem o campo jornalístico-midiático e do significado e das implicações do direito à comunicação e sua vinculação com o direito à informação e à liberdade de imprensa. Também estão em questão a análise da relação entre informação e opinião, com destaque para o fenômeno da pós-verdade, a consolidação do desenvolvimento de habilidades, a apropriação de mais procedimentos envolvidos nos processos de curadoria, a ampliação do contato com projetos editoriais independentes e a consciência de que uma mídia independente e plural é condição indispensável para a democracia. Aprofundam-se também as análises das formas contemporâneas de publicidade em contexto digital, a dinâmica dos influenciadores digitais e as estratégias de engajamento utilizadas pelas empresas. (p. 503)
CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA NOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA E. M.	Trata-se de consolidar habilidades relativas à participação e atuação política e social, ao debate qualificado e ético de ideias, à <i>consciência</i> dos direitos e deveres e à reclamação de direitos (p. 512)
CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA NOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA E. M.	(EM13LP27) Engajar-se na busca de solução para problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespeito a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, entre outras possibilidades, como forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade, pelo <i>consumo consciente</i> e pela consciência socioambiental. (p. 514)

2018. (Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf.

Acesso em 14 jun. 2021).

Estes dois movimentos anteriormente descritos têm em vista realizar as aproximações que são

requeridas dos profissionais da educação em face do projeto de formação humana assumido pelo Estado brasileiro no presente, objetivando: a) compreensão aprofundada da ideia de “consciência” em estudiosos da questão e na BNCC; e b) prospecção dos diferentes agenciamentos da “consciência” para o processo de educação escolar e, particularmente, para o trabalho pedagógico, possibilitando que se passe do empírico (os usos na BNCC) ao concreto, pela mediação do abstrato. Interpela-se se a “consciência” defendida no documento oficial coincide ou não com o projeto formativo que interessa à classe trabalhadora, qual seja, o projeto que permita a superação de formas alienadas de existência, no seio de uma sociedade regida pela lógica do capital, lastreada pela fetichização da mercadoria e pela reificação do humano.

RESULTADOS E CONCLUSÕES: Conforme Iasi (2011), cada momento do processo de desenvolvimento da consciência (e é *processo de desenvolvimento* – e não algo que se adquira e, assim, se passe a “ter consciência” uma vez por todas) traz em si os elementos de sua superação; este movimento processual se expressa em saltos e recuos. Conforme a análise que fizemos das 43 ocorrências da palavra “consciência” na BNCC (exemplificada com o quadro 1), o que fica patente é que, ao mesmo tempo, há uma valorização da ideia de consciência como algo positivo e que deve ser assegurado pelo processo de educação escolar; e que, embora “valorizada”, não interessa exatamente aos agentes que sustentam a concepção de mundo da qual a BNCC é tributária e continuadora que a *consciência* seja compreendida filosoficamente – ou seja, nos termos de Saviani (2007, p. 20-24), como algo elaborado por um processo de reflexão radical, rigoroso e de conjunto. Cada disciplina, segmento e ocorrência parecem apontar em direções distintas: a quem interessa essa falta de unidade e clareza sobre o processo de formação humana orientado pelo mais importante documento curricular brasileiro?

Para Iasi (2011), a consciência se forma em um primeiro momento como conformação dos indivíduos a uma ordem societária, noutras palavras, como uma representação mental da vida e dos atos dos indivíduos (no primeiro momento, no seio da família), como captação de um concreto aparente; ocorre que disso se faz uma ultrageneralização. O que fica interiorizado não são as relações sociais em si; à própria constituição do aparato psíquico “cola-se” uma concepção de mundo não percebida como tal, mas como se fosse a realidade mesma (IASI, 2011, p. 18). Esse primeiro momento parece-nos análogo à maneira como Saviani (2007, p. 2) descreve o senso comum, a saber, como sendo “fragmentário, incoerente, desarticulado, implícito, degradado, mecânico, passivo e simplista”.

Os usos da palavra “consciência” na BNCC nos parecem eivados, pois, de senso comum – não por ingenuidade, não por deslize ou equívoco, mas como parte de um projeto de esvaziamento da práxis pedagógica. A própria falta de coerência interna no documento, e as repetições clichêizadas denotam que falta uma concepção orgânica. Todavia, como lembra Gramsci (1977, p. 13), o senso comum é contraditório, pois se forma por elementos implícitos na prática transformadora do homem de massa e por conceitos herdados da tradição ou veiculados pelas concepções hegemônicas de maneira acrítica.

Portanto, em relação às elaborações sobre o processo de desenvolvimento da consciência já existentes quando da promulgação da BNCC, podemos dizer, por um lado, que houve e há um recuo grave quando se leva em conta a falta de uma unidade e precisão no uso desta noção (“consciência”) no documento oficial. Todavia, há, ali, também, elementos que precisam ser capturados pelos profissionais da educação, na perspectiva de superação da atualidade – donde a importância desse estudo que procuramos realizar, como um esforço inicial.

Com o avanço das experiências e relações sociais, ainda conforme Iasi (2011), os contextos

grupais ampliados podem produzir situações nas quais os indivíduos enxergam nos outros suas próprias contradições, o que pode permitir ações coletivas e a emergência da consciência de si (que seria condição para o momento posterior, de desenvolvimento de uma consciência para si). O que intentamos fazer é perguntar: considerando que os autores, leitores críticos, revisores daquele documento oficial são profissionais da educação, quando fazemos coletivamente uma leitura radical, rigorosa e de conjunto, que contradições enxergamos no documento, no tocante à “defesa” da consciência? Como, a partir da detecção dessas contradições, podemos forjar coletivamente uma noção de "consciência", norteadora do trabalho pedagógico, mais orgânica aos interesses de nossa classe (rigorosa, radical e de conjunto)?

Se, conforme Iasi (2011, p. 7), “o movimento da *consciência* da classe trabalhadora não é um processo linear, mas antes constituído por formas que se superam dialeticamente, de maneira que o velho já traz elementos do novo que ainda carrega resquícios das formas superadas” e “pode e muitas vezes regride a etapas anteriores” (IASI, 2011, p. 33), nossa tarefa é encontrar nesse contexto que vivemos os elementos do novo, como contraposição à regressão detectada.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência. Ensino-aprendizagem. Educação escolar. Formação humana. Materialismo Histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 23 jun. 2021.

GRAMSCI, Antônio. **II materialismo storico**. Roma: Riuniti, 1977.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro Luis. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 17. ed. revista. Campinas: Autores Associados, 2007.